

CPI se contradiz sobre apuração de fraude

Presidente diz que já tinha 'conhecimento' da fraude, mas relator se diz surpreso com denúncia

Fábio Vicentini e Helô Sant'Ana

A presidente da CPI do Seguro, Janete de Sá (PSB), e o relator da comissão, deputado Sérgio Borges (PMDB), entraram ontem em contradição ao comentar as informações obtidas pela CPI, que apura o contrato superfaturado de seguro de vida dos deputados. Janete disse que tinha "conhecimento de praticamente todas as informações contidas na denúncia do Ministério Público Federal". Borges, por sua vez, se disse surpreso com várias informações contidas na denúncia.

"Eu já tinha conhecimento de tudo, menos das conversas telefônicas entre os envolvidos na denúncia", afirmou Janete. "Inclusive, a CPI do Seguro deu munição para o MPF. Mas não pudemos adiantar nada antes porque os trabalhos da comissão ainda não foram concluídos, o que deve acontecer em fevereiro de 2004", disse a parlamentar.

O relator da comissão, deputado Sérgio Borges (PMDB), entretanto, disse que um dos pontos que a CPI desconhecia é depósito de cheques para o pagamento do seguro diretamente na conta do frigorífico Beija-Flor, conforme consta da denúncia.

Depósitos

Responsável pela elaboração dos depósitos, a CPI do



VERSÕES

Segundo Janete, a CPI da Assembléia forneceu munição para o Ministério Público Federal denunciar os conselheiros; Borges, por sua vez, afirma que a CPI desconhecia o depósito de cheques da Assembléia diretamente na conta do frigorífico Beija-Flor, usado no esquema de desvio de verbas

que não realizamos nenhuma quebra de sigilo bancário. Além disso, também não sabíamos quem eram os sócios de duas das três corretoras envolvidas no contrato, a Colibri e a MPS. Por isso, queremos ter acesso aos documentos levantados pelo MPF", afirmou.

Ambos acreditam, no entanto, que a denúncia feita pelos promotores não enfra-

CONTRATOS

Corretora atuou no seguro do Palácio

Além de fazer a corretagem do contrato de seguro de vida dos deputados da Assembléia Legislativa, a corretora Roma também atuou na contratação do seguro predial do Palácio Domingos Martins. A Assembléia cancelou os dois contratos no início do ano, a partir das suspeitas de que eles estivessem superfaturados. A presidente da CPI do Seguro, deputada Janete de Sá (PSB), confirmou que vai pedir a abertura de uma nova CPI para investigar o contrato de seguro predial

Acusado foi 1º colocado de concurso polêmico

Um dos 19 acusados de envolvimento no "Esquema Beija-Flor", o servidor do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES) Jorge Antônio Ferreira de Souza foi o primeiro colocado no polêmico concurso público realizado pela Assembléia, em janeiro de 1995. Jorge é irmão do presidente do TCES, Valci Ferreira, também denunciado pelo Ministério Público Federal por participação no esquema.

Na época, um terceiro indicado por participação na conexão Beija-Flor, o conselheiro Marcos Madureira, presidia o Legislativo. Além do irmão de Valci, as listas dos classificados no concurso traziam os nomes de várias pessoas liga-

das a deputados e funcionários do Legislativo.

A CPI do Concurso constatou uma série de irregularidades, desde rasuras nos testes até a contratação de empresas fantasmas para a prestação de serviços que não foram efetuados, e a manipulação indevida de recursos públicos.

As irregularidades apontadas pela CPI do Concurso resultaram no pedido de cassação de Madureira, apontado como o principal responsável pelas fraudes, ao lado do ex-deputado José Carlos Gratz, que também foi denunciado no Esquema beija-Flor. Madureira não foi cassado e conseguiu uma vaga de conselheiro no TCES. Ninguém foi punido.

Irmão de Valci obtém 1º lugar no concurso da AL

A Assembléia Legislativa divulgou o resultado da seleção para as 19 vagas em cargo de administrador. Os três primeiros colocados são Jorge Ferreira de Souza, Evandro Rodrigues e Roberto Brancato, respectivamente. Os testes, que incluíam redação, foram realizados no sede da Assembleia Legislativa em Colégio Americano, no Parque Macaco. As questões foram elaboradas de forma geral e foram comentadas apenas um pouco antes da prova de redação. Alguns alunos alegaram que apresentaram problemas, inclusive, quando a prova começou minutos antes da chegada do diretor.

Além de ser o primeiro colocado, o "esquema" para o preenchimento das 19 vagas foi considerado irregular. Os classificados ao cargo de administrador legatário foram: Evandro Rodrigues com 85 votos; Roberto Brancato com 83 votos; e Jorge Ferreira de Souza com 82 votos. Foi feita a prova discursiva de redação, com os temas: "Porque Quero Ser Servidor Público" e "Borracho Agreste e O Sino Doa". O tempo máximo para a redação foi de 30 minutos. Foram selecionados cinco candidatos que redigiram um texto e um resumo. Além da conexão da postagem de um texto ilegível.



Jorge foi eleito primeiro colocado

desconectada e depósito de cheques para o pagamento do seguro diretamente na conta do frigorífico Beija-Flor, conforme consta da denúncia.

Depósitos

Responsável pela elaboração do relatório final da CPI, Borges afirmou ainda que a CPI não havia detectado qualquer outro tipo de depósito irregular. “Não tínhamos essas informações, até por-

envolvidas no contrato, a libeli e a MPS. Por isso, queremos ter acesso aos documentos levantados pelo MPF”, afirmou.

Ambos acreditam, no entanto, que a denúncia feita pelos promotores não enfraquece os trabalhos da CPI. A conclusão dos trabalhos da CPI do Seguro estava inicialmente prevista para hoje, mas, há uma semana, foi adiada para fevereiro de 2004.

Além de fazer a corretagem do contrato de seguro de vida dos deputados da Assembléia Legislativa, a corretora Roma também atuou na contratação do seguro predial do Palácio Domingos Martins. A Assembléia cancelou os dois contratos no início do ano, a partir das suspeitas de que eles estivessem superfaturados. A presidente da CPI do Seguro, deputada Janete de Sá (PSB), confirmou que vai pedir a abertura de uma nova CPI para investigar o contrato de seguro predial firmado pela Assembléia. De acordo com o Ministério Público Federal, o contrato de seguro de vida dos deputados era uma forma de “amealhar recursos públicos em proveito pessoal de dois ex-presidentes da Assembléia, Valci Ferreira e José Carlos Gratz, e irrigar o esquema de corrupção dos conselheiros do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES)”.

Irmão de Valci obtém 1º lugar no concurso da AL

A Assembléia Legislativa divulgou o resultado da seleção para a vaga de secretário de administração. O 1º lugar pertence ao advogado José Roberto de Sá, filho de Valci Ferreira. Outros nomes foram Carlos Augusto Mendes, candidato para o cargo de secretário de administração, e o advogado Carlos Augusto Mendes, candidato para o cargo de secretário de administração. O 2º lugar pertence ao advogado Carlos Augusto Mendes, candidato para o cargo de secretário de administração. O 3º lugar pertence ao advogado Carlos Augusto Mendes, candidato para o cargo de secretário de administração.

O 1º lugar pertence ao advogado José Roberto de Sá, filho de Valci Ferreira. Outros nomes foram Carlos Augusto Mendes, candidato para o cargo de secretário de administração, e o advogado Carlos Augusto Mendes, candidato para o cargo de secretário de administração. O 2º lugar pertence ao advogado Carlos Augusto Mendes, candidato para o cargo de secretário de administração. O 3º lugar pertence ao advogado Carlos Augusto Mendes, candidato para o cargo de secretário de administração.

Além das suspeitas sobre a libeli do contrato, principal assunto do “esquema” para o procedimento de seleção, há o fato de que o filho de Valci Ferreira, José Roberto de Sá, seja o vencedor do concurso. O fato de que o filho de Valci Ferreira seja o vencedor do concurso é considerado um caso de nepotismo. O fato de que o filho de Valci Ferreira seja o vencedor do concurso é considerado um caso de nepotismo. O fato de que o filho de Valci Ferreira seja o vencedor do concurso é considerado um caso de nepotismo.



Jorge foi ainda preso da libeli

ESQUEMA

Em 1995, A GAZETA publicou os aprovados no concurso da Assembléia, que foi alvo de suspeita de fraude

Conselheiro desafia procuradores

Carlos Alberto da Silva

O vice-presidente eleito do Tribunal de Contas, Mário Moreira, diz que a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) colocou em dúvida sua carreira de 40 anos de vida pública. Ele negou mais uma vez que o veículo, um Toyota Corolla, tenha sido comprado com dinheiro do Frigorífico Beija-Flor, e desafiou o MPF a provar que tenha recebido recursos de forma irregular para a aquisição do carro. Os demais conselheiros não foram localizados.



A denúncia aponta um esquema de fraudes em licitações envolvendo quatro conselheiros do TCES. O senhor em algum momento teve conhecimento desses fatos, no tribunal?

O TCES sempre foi denunciado como “tribunal de faz-de-conta”. Mas como vou provar que alguém teria levando vantagens? Tenho obrigação de defender os meus atos.

Na denúncia há um diálogo entre uma pessoa que seria Samuel e outra que seria o irmão de Valci Ferreira, Jorge Antônio Ferreira. O que o senhor tem a dizer sobre a conversa?

Houve a conversa. Mas quem analisar o diálogo, vê que é uma brincadeira. A gravação acaba em risadas. Esse Samuel é um gozador, é um aposentado. Nunca poderia imaginar que uma conversa, uma gozação de dois amigos, desse nisso.

Quanto custou o veículo citado na denúncia?

Eu tinha um Pálio Wee-kend completo, ano 2001, e vendi por R\$ 24 mil para a Resende Automóveis. O Co-

rola custou R\$ 47,8 mil. Paguei R\$ 24 mil do Pálio e o restante em dois cheques do Banestes. Um de R\$ 10 mil, número 1784. Quando o carro chegou, no dia 29 julho, paguei o restante, de R\$ 13,8 mil, com cheque número 1785. Esse carro veio do Rio de Janeiro, demorou uma semana para chegar. Lá custou R\$ 44,85 mil. A diferença deve ter sido para pagar o transporte. No dia 31 de julho, emplaquei o Corolla. Protocolo no dia 1º de agosto, no Detran, um ofício sobre a venda de meu carro anterior para a Resende Automóveis.

Como o senhor pretende provar que não houve irregularidade na compra?

Vou pedir a microfilmagem dos cheques no Banestes e os extratos para divulgar. Vou fazer um desafio ao Ministério

EXPLICAÇÃO

Mário Moreira justifica como comprou o Toyota Corolla e diz que vai pedir ao Banestes a microfilmagem dos cheques utilizados para pagar o veículo

Público Federal. Compete a ele provar se na minha conta, que só tenho uma conta no Banestes, entrou algum dinheiro irregular.

E qual a origem desses recursos?

O dinheiro que entrou na minha conta foi em razão do que recebo como aposentado e como conselheiro do TCES.

Após a apresentação dessas denúncias, o senhor pretende assumir a presidência do TCES?

A posse será no dia 5. Vou pedir desculpas por não assumir o cargo. Jamais poderia assumir a partir do momento em que surgiram essas denúncias. Pretendo não assumir enquanto não houver esclarecimento. E vou pensar se ainda poderei assumir. Tudo indica que não vai acontecer nunca mais.

Mariazinha ‘Tribunal é inútil’, diz defende Moreira Agesandro reeleição

A deputada Mariazinha Vellozo Lucas saiu em defesa do conselheiro do Tribunal de Contas Mário Alves Moreira. “É uma injustiça o que fizeram com o Mário. Será que a vida de uma pessoa não vale nada? Jogaram o cara na lama. Estou chocada. Nem dormi direito. Achei a denúncia de profundo mau gosto. Primeiro por causa do Mário. Um homem com mais de 40 anos de vida pública, foi escutado por causa de duas frases. Ninguém pode brincar ao telefone?”, questionou.

Mariazinha – que foi presidente do TCES por 18 anos – disse que o conselheiro Mário Moreira “seria burro” se tivesse conversado ao telefone falando sobre propina. Na denúncia do Ministério Público Federal (MPF), há trechos de gravações telefônicas que seriam do conselheiro e Jorge Antônio Ferreira (irmão de Valci Ferreira). No diálogo, gravado em julho deste ano, Moreira teria recebido um carro para ficar ‘quietinho’.

“Nem o Mário, nem o Jorge. O Jorge é sério. Fui eu quem coloquei ele no TCES. Ele tem uma conduta inabalável.”

A denúncia também cita Valci Ferreira. Mas, na opinião da deputada, Valci não teria cometido crime. “Quem levantou o problema de superfaturamento em obras na construção de quadras poliesportivas no interior do Estado fui eu. Na ocasião, Valci era vice-presidente e nunca me pediu para não fazer”.

O Tribunal de Contas do Estado (TCES) é inútil. A afirmação é do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Espírito Santo (OAB-ES), Agesandro da Costa Pereira. “O tribunal é uma inutilidade. Ele foi uma maneira de criar cargos e não tem função de tribunal. Trata-se de um órgão que recebeu um nome de tribunal para ter notoriedade. O Tribunal de Contas só serve para acomodar políticos. É um órgão pomposo. Nesse caso, serviu para preparar o crime e executar”, acentuou.

As críticas do presidente da OAB com relação ao TCES se devem à denúncia do Ministério Público Federal (MPF) que acusa cinco conselheiros do tribunal de corrupção. “No tribunal há desvio de funções. Era para ser um órgão fiscalizador, mas passou a cometer crimes”, destacou Agesandro.

Na avaliação dele, a Assembléia Legislativa deveria criar um órgão na própria Casa para examinar as contas públicas municipais e estaduais. “As decisões do Tribunal de Contas sequer são decisivas porque ainda têm que ser analisadas pela Assembléia, que se quiser pode vetar. A função de fiscalizar contas é do Poder Legislativo. Na minha opinião seria aconselhável acabar com o órgão”, enfatizou o presidente.

A organização não-governamental (ONG) Transparência Capixaba vai sugerir ao presidente da Assembléia, Cláudio Vereza (PT), que promova uma emenda constitucional permitindo apenas uma recondução à presidência do tribunal. “É para não ficar uma dinastia, como foi o caso de Mariazinha Vellozo Lucas – que foi presidente do órgão por 18 anos –, e democratizar as instituições. O presidente da República e da Assembléia, por exemplo, não podem ser reeleitos. Por que no tribunal de contas ser presidente é eterno?”, questionou o promotor Leonardo Barreto, que é secretário-geral da ONG.

As declarações de Barreto são referentes à denúncia feita pelo Ministério Público Federal (MPF), que acusa cinco dos setes conselheiros do TCES de corrupção. Os denunciados foram o presidente do tribunal, Valci Ferreira, o vice, Mário Moreira, e os conselheiros Marcos Madureira, Enivaldo dos Anjos e Umberto Messias.

Barreto lamentou o fato afirmando que “infelizmente esse é o quadro que vivemos hoje”. “Lamentamos que autoridades sejam acusadas de corrupção, quando deveriam servir de exemplo”, frisou.

A Transparência Capixaba vai esperar acabar o prazo de 15 dias, para os denunciados apresentarem defesa, para pedir a Vereza a promulgação da emenda.